

**INTERDISCIPLINARIDADE NOS CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO PÚBLICA
NO BRASIL: UMA ANÁLISE CONCEITUAL**

***INTERDISCIPLINARITY IN THE COURSES OF PUBLIC ADMINISTRATION AND PUBLIC
MANAGEMENT IN BRAZIL: A CONCEPTUAL ANALYSIS***

***INTERDISCIPLINARIDAD EN LOS CURSOS DE ADMINISTRACIÓN PÚBLICA Y GESTIÓN
PÚBLICA EN BRASIL: UN ANÁLISIS CONCEPTUAL***

Celmar Corrêa de Oliveira

Doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto junto à Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Coordenador do Grupo de Pesquisa UERGS/CNPQ Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento. Endereço: Av. Bento Gonçalves, n. 8855, Agronomia, CEP: 91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil
Telefone: (51) 99117-8773
E-mail: celmaroliv@gmail.com

Carlos Honorato Schuch Santos

Doutor em Engenharia da Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Professor adjunto junto à Universidade Federal do Rio Grande (FURG). Coordenador do Grupo de Pesquisa UERGS/CNPQ Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento. Endereço: Av. Bento Gonçalves, n. 8855, Agronomia, CEP: 91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil
Telefone: (51) 99770-5252
E-mail: honoratochs@gmail.com

Mauro Mastella

Doutor em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Professor Adjunto junto à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA). Membro do Grupo de Pesquisa UERGS/CNPQ Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento. Endereço: Av. Bento Gonçalves, n. 8855, Agronomia, CEP: 91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil
Telefone: (51) 3303-8871
E-mail: mmastella@gmail.com

Luis Henrique Dias Fernandes

Bacharel em Administração: Gestão Pública pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Membro do Grupo de Pesquisa UERGS/CNPQ Políticas, Gestão Pública e Desenvolvimento. Endereço: Av. Bento Gonçalves, n. 8855, Agronomia, CEP: 91540-000, Porto Alegre, RS, Brasil
Telefone: (51) 98470-6787
E-mail: luishenrique2376@hotmail.com

Artigo recebido em 15/12/2018. Revisado por pares em 20/12/2018. Reformulado em 22/12/2018. Recomendado para publicação em 29/04/2019. Publicado em 08/05/2020. Avaliado pelo Sistema *double blind review*.

RESUMO

Este trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: a abordagem interdisciplinar pode colaborar no aperfeiçoamento da formação de gestores públicos? Para responder parcialmente e provisoriamente esta questão, esta pesquisa fez uso da abordagem qualitativa e utilizou-se de uma análise bibliográfica e documental, objetivando analisar o nível de utilização da abordagem interdisciplinar nos projetos pedagógicos dos bacharelados em Administração Pública e Gestão Pública no Brasil. Com a análise realizada, foi possível verificar que o nível de utilização da abordagem interdisciplinar, nos PPC's dos cursos pesquisados, pode ser considerado médio e que há correspondência entre interdisciplinaridade e desempenho.

Palavras-chave: Abordagem interdisciplinar; Administração Pública; Formação de Gestores Públicos.

ABSTRACT

This paper seeks to respond the following research question: can an interdisciplinary approach collaborate in the improvement of the formation of public managers? To answer this question in a partial and provisional way, it was made use of the qualitative method and a bibliographical and documentary analysis, aiming at the level of use of the interdisciplinary approach in the Pedagogical Projects of the undergraduation degrees in Public Administration and Public Management in Brazil. With the analysis used, it was possible to understand that the level of use of the interdisciplinary approach, in the Pedagogical Projects of the courses studied, can be considered as average and that there is a correspondence between interdisciplinarity and performance.

Keywords: Interdisciplinarity; Public Administration; Formation of Public Managers.

RESUMEN

Este trabajo intenta contestar la siguiente cuestión de búsqueda ¿el abordaje interdisciplinar puede colaborar en el perfeccionamiento de la formación de gestores públicos? Para solucionar parcialmente y provisoriamente esta cuestión, se usa un abordaje cualitativo con un análisis bibliográfico y documental, con el objetivo de analizar el nivel de utilización del abordaje interdisciplinar en los proyectos de los grados en Administración y gestión pública en Brasil. Con el análisis hecho, fue posible verificar que el nivel de utilización del abordaje interdisciplinar en los proyectos pedagógicos de los grados pesquisados puede ser considerado medio y que hay correspondencia entre interdisciplinaridad y desempeño.

Palabras clave: Interdisciplinaridad; Administración Pública; Formación de Gestores Públicos.

1 INTRODUÇÃO

O atual cenário político e econômico brasileiro, neste início do século XXI, está marcado por importantes questões, tais como o endividamento dos estados, a desindustrialização, a retração da economia e problemas sociais advindos da desigualdade. Potencializando o efeito danoso dessas questões à sociedade, os Estados encontram, cada vez mais dificuldades para oferecer e coordenar serviços públicos que supram as necessidades da população.

As reflexões acerca destes problemas apoiam-se na ideia de que diferentes modelos de Estado exigem diferentes competências de seus gestores. Desde o final do século XIX, os Estados, em sua forma idealizada, sofreram profundas transformações, que se vista a partir das mudanças dialéticas de suas configurações, podem ser tipificadas em: Liberal, Intervencionista, Bem-estar Social, Neoliberal e por fim Regulador.

As realidades sociais, bem como suas evoluções, precisam ser estudadas em profundidade para que se possa entender as relações de causa e efeito dos diferentes eventos, bem como as relações dos seus atores sociais. Os gestores públicos precisam desenvolver a capacidade de compreender e analisar os problemas entre os diferentes segmentos sociais, pois são eles que precisarão participar não só do processo de escolha das políticas públicas, como também da implementação das mesmas, de forma direta, indireta ou reguladora-controladora. Em uma democracia as ações públicas e seus resultados contribuem com a coesão social (HOWLETT, 2013).

As Políticas Públicas (PP), nessa perspectiva, se constituem em um tipo de padrão, proposto pelo Estado, com o estabelecimento de um objetivo e fixação de meios para alcançá-lo. Essas ações em um Estado Democrático de Direito (EDD) deveriam estar, em tese, voltadas para as melhorias nos aspectos econômico, político e social da comunidade (DWORKIN, 2010). Nesse contexto, a atuação administrativa dar-se-ia de forma cada vez mais consensual, com respeito ao processo democrático e, portanto, mediante a utilização de uma abordagem argumentativa que incluía a participação dos principais destinatários da atuação administrativa. (JUSTEN FILHO, 2015)

A formação dos gestores públicos exige, teoricamente, um conjunto de competências.

São elas, minimamente: a) o comprometimento com a coisa pública; b) uma formação humanista e crítica; e c) capacidade de compreender a complexidade dos problemas sociais e a capacidade de propor soluções que façam frente a esses problemas. Estas competências exigem do gestor público formação em diversas áreas de conhecimento, além da adequada correlação e adaptação desse conhecimento às realidades locais. Paralelamente, precisa possuir um conhecimento profundo do contexto onde atua e possuir destreza suficiente para manobrar as ferramentas de gestão pública. Estes são elementos fundamentais para que este gestor público possa atuar de forma competente e efetiva.

Dados todos os problemas já existentes, a discussão sobre a formação de gestores públicos torna-se ainda mais importante, se levada em conta a dificuldade encontrada pelo Estado em suprir as demandas de uma sociedade em constante transformação e cada vez mais exigente e informada dos seus direitos. Nesse contexto, pode-se perceber, hoje, uma lacuna de conhecimento e competências relacionadas com o entendimento da complexidade do setor público, suas especificidades e dinâmica. Isto gera uma dificuldade para os gestores públicos em desenharem e implementarem alternativas para resolver os problemas sociais, e, ao mesmo tempo, para tomarem decisões que impactem positivamente na vida da população.

A modernização dos currículos dos cursos de graduação em Administração Pública (AP) trazidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (DCNAP) na resolução N°1 de 13 de janeiro de 2014, buscou aperfeiçoar a formação dos gestores públicos, proporcionando um melhor entendimento da relação entre sociedade, Estado, o regime democrático e a própria Administração Pública. A proposta exposta na resolução traz a interdisciplinaridade como forma de garantir a interligação entre as múltiplas áreas de conhecimento afins à Administração pública, como a Filosofia Política, Direito, Ciência Política, Sociologia e Economia.

A partir destes elementos de complexidade e insuficiência das competências desenvolvidas pelos gestores públicos deste início de século XXI, o presente trabalho busca responder a seguinte questão de pesquisa: A abordagem interdisciplinar pode colaborar no aperfeiçoamento da formação de gestores públicos? Para responder parcialmente e provisoriamente esta questão, esta pesquisa pretende analisar o nível de utilização da abordagem interdisciplinar nos projetos pedagógicos dos bacharelados em Administração Pública e Gestão Pública no Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

Brasil. Também é proposto um instrumento de análise de currículos de administração pública baseando na literatura sobre a interdisciplinaridade deste campo do conhecimento. A hipótese adjacente é que os gestores públicos se tornam mais efetivos no desempenho das suas atividades quanto mais interdisciplinares forem os currículos dos cursos de Administração Pública.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A interdisciplinaridade promove, em tese, a integração de alguns conceitos e métodos oriundos das diferentes áreas de conhecimento e trabalha em uma região comum em que esses conhecimentos possam ser válidos. (MORIN, 2011; BRANDAO, 2008). Sendo assim, sua aplicação na formação dos gestores e na consequente atuação dos mesmos seria uma alternativa para lidar com problemas que uma área de conhecimento, isoladamente, não consegue solucionar.

2.1 DESENHANDO POLÍTICAS PÚBLICAS ALINHADAS COM A REALIDADE

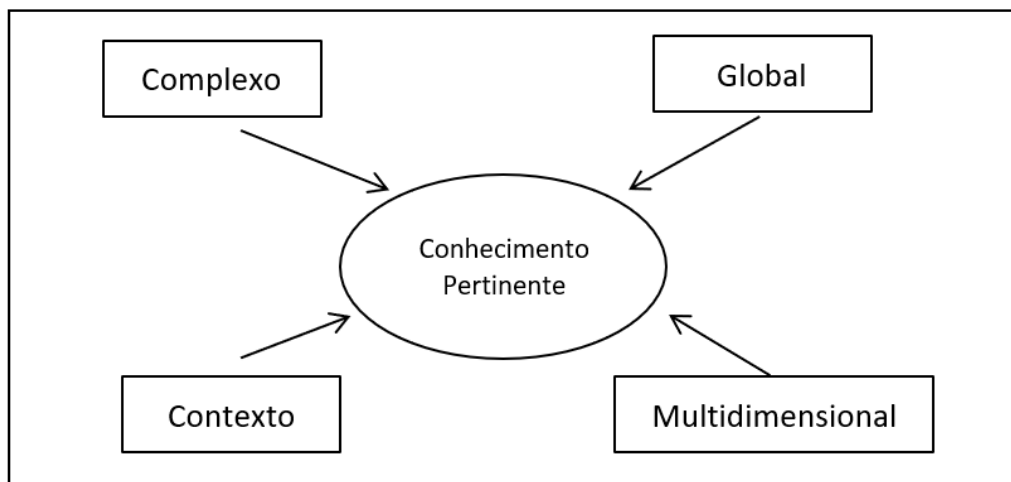
Os governos, ao produzirem Políticas Públicas com a participação da Administração Pública, identificam problemas e aplicam as soluções encontradas. Esse processo de compatibilização de objetivos e meios apresenta um nível elevado de complexidade, o que demanda a utilização de uma metodologia que considere esse cenário.

Morin (2011) aponta que é problema de todo cidadão saber como articular e organizar as informações, visto que de um lado os saberes estão divididos e, paralelamente, os problemas e as realidades são, cada vez mais, multidisciplinares, transversais e multidimensionais. Para que o conhecimento seja pertinente, ele precisa evidenciar: o contexto, o global, o multidimensional, e o complexo. O conhecimento necessita de uma contextualização, sem a qual as informações tornam-se insuficientes. É preciso que as informações sejam transmitidas dentro de um contexto, para que tenham sentido. O global diz respeito as diversas partes ligadas ao contexto de modo inter-retroativo, sendo que nessa relação, o todo tem qualidades ou propriedades que não são encontradas nas partes, se analisadas separadamente. Tem-se, portanto, que é necessária a composição do todo para o conhecimento das partes. O conhecimento precisa ser contextualizado e a relação entre saberes precisa estar explícita para que se possa entender o todo e cada uma das partes que o compõe. O conhecimento traz consigo

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

caráter multidimensional, com a necessária composição dos saberes, onde não se pode isolar uma parte do todo e nem as partes umas das outras. Sendo assim, não se pode dissociar a dimensão social, da econômica, e da cultural, pois cada dimensão carrega em si características comuns umas às outras. Por fim, o conhecimento, para ser pertinente, deve enfrentar a complexidade, presente quando há diversos elementos inseparáveis, que constituem o todo, onde se forma um “tecido” interdependente, interativo e inter-retroativo entre o objeto do conhecimento, seu contexto, o todo e suas partes. A complexidade é a união da unidade com a multiplicidade. (MORIN, 2011)

Figura 1 – O Conhecimento Pertinente



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Morin (2011), 2018.

Voltando-se para a questão inicial, tem-se que o conhecimento pertinente, construído a partir dos quatro pilares (fig. 1), consegue, teoricamente, dar conta da realidade (multidisciplinar, transversal e multidimensional) e oportunizar o desenho de uma Política Pública que seja adequada e efetiva.

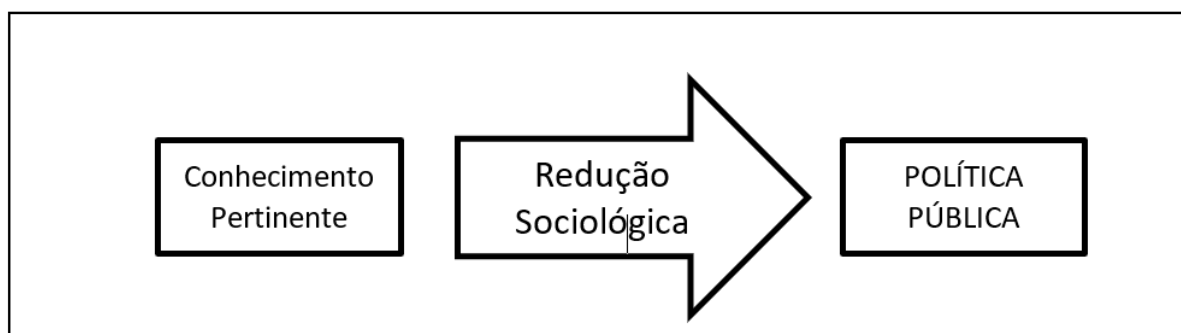
2.2 RESGATANDO DA REDUÇÃO SOCIOLOGICA (RS)

Guerreiro Ramos, em meados do século passado, desenvolveu o conceito de Redução Sociológica (RS) para construir a sua teoria crítica. Este conceito pode, de acordo com Ramos (1996), ser utilizado, também, nos estudos de AP. A RS é uma resposta à hipercorreção que é a tendência dos atores sociais em atribuírem uma eficiência direta às ideias e teorias importadas, negligenciando os contextos nos quais estas ideias e teorias foram criadas e estão sendo aplicadas. A RS, assim como foi construída pelo autor, possui três sentidos. São eles: a) um

método para a assimilação crítica da cultura e produção sociológica estrangeira; b) uma atitude parentética, isto é, um adestramento cultural do indivíduo para habilitá-lo a transcender, no limite do possível, as pressões sociais organizadas que massificam as condutas impedindo a autonomia e a livre expressão; e c) uma superação da sociologia nos termos institucionais e universitários em que se encontra. Paralelamente, propôs quatro leis para iluminar os caminhos a serem seguidos para alcançar os objetivos gerais da redução sociológica. São eles: I. Lei do comprometimento: a teoria e a prática dependem do engajamento dos cientistas sociais em relação aos seus contextos; II. Lei do caráter subsidiário da produção científica: a produção científica estrangeira, em princípio, deve ser subsidiária; III. Lei da universalidade dos enunciados gerais da ciência: cessar o consumo passivo de ideias importadas e passar a instrumentar, ou mesmo produzir novas ideias que podem ser exportadas; e IV. Lei das fases: a causa dos problemas de uma sociedade específica pode ser entendida pelo momento histórico no qual se encontra.

A ideia de RS mostra-se uma forma adequada e efetiva de se abordar a Administração Pública, pois considera a evolução histórica e social, bem como procura limpar o campo teórico para evidenciar as variáveis realmente relevantes para uma determinada época e local. Com isso, tem-se que o modelo que melhor se enquadra aqui, precisa ser construído. Paula (2007), nesse mesmo sentido, lembra que “... as bases filosóficas da redução sociológica se encontram na fenomenologia de Husserl...” (p 174). Tem-se, então, que a RS pode servir de ponte para que o conhecimento pertinente seja considerado e utilizado na construção e implementação de políticas públicas (Fig.2)

Figura 2 – Redução Sociológica



Fonte: Elaborado pelos autores com base em Ramos (1996), 2018.

Ora, como a administração pública se apoia em diferentes áreas e saberes, que formam

um corpo de conhecimento único e polifacetado, ao se valer da redução sociológica pode melhor entender a linha argumentativa da Resolução CNE/CES Nº 1, bem como as interconexões das áreas de conhecimento. Isto posto, a consequência é uma realidade onde temas se interpenetram e perpassam. Com base na evolução histórica e social, a análise crítica proposta por Guerreiro Ramos, através da redução sociológica é, portanto, importante e relevante para os estudos de administração pública, pois possui a peculiaridade de necessitar da interdisciplinaridade para resolver questões complexas, que já foram tidas como não solucionáveis por somente uma área do conhecimento.

Para aplicações dos conceitos de Administração Pública produzidos em outros momentos históricos ou produzidos em outros países com cenários econômicos sociais diferentes daquele do local da aplicação prática destes conhecimentos, é necessária a análise da contextualização deles para avaliar a possibilidade de eficácia, e, mais especificamente as variáveis tempo e lugar.

A construção e implementação das Políticas Públicas sendo conduzidas pela Redução Sociológica de Guerreiro Ramos que por sua vez partiram do que se definiu aqui como Conhecimento Pertinente, poderiam, teoricamente, perseguir os objetivos aqui propostos: a adequação e a efetividade. Isto posto, poder-se-ia pensar na interdisciplinaridade como resultado desse processo bem como dos elementos do mesmo

Há, pelo menos, duas justificativas para o não desenvolvimento de um corpo teórico unificado para a Administração Pública: sua natureza interdisciplinar e a natureza de contínuas mudanças dos governos e das relações do Estado com a sociedade. Acadêmicos de Administração Pública não precisariam marcar, em tese, uma posição sobre seu objeto de estudo, pois eles deveriam utilizar várias abordagens disciplinares para alcançar uma perspectiva mais abrangente sobre o grande fenômeno chamado gestão pública (RAADADSCHELDERS, 1999). A construção do chamado Campo de Públicas poderia, então, ser um caminhar simultâneo e paralelo de utilização de várias abordagens e da RS, criando, como resultado, um corpo único, mas multifacetado.

É necessário, então, entender a Administração Pública como um fato social total, onde a interdisciplinaridade aparece como principal meio para atender a demanda de uma ciência

ainda em construção e que abarca diferentes áreas do conhecimento. Isso permite que a área amplie os conhecimentos sobre o cidadão, pois a base de análise das suas necessidades passa a ser pautada por arcabouços teóricos complementares e algumas vezes divergentes, não permitindo uma visão uníssona dos aspectos sociais, possibilitando as conexões entre campos disciplinares distintos (ABREU, LENZI e HELOU, 2017).

Furlani e de Oliveira (2015) direcionaram esforços, em seu trabalho, aos currículos de Bacharelados em Administração para retomar a importância dos estudos sobre currículo em face da fragmentação observada no contexto educacional contemporâneo. Seus resultados destacam a interdisciplinaridade como uma necessidade para transcender as atuais propostas pedagógicas e a formação profissional para um contexto muito mais complexo, sistêmico e integrado. Embora exista consciência sobre os benefícios, há muita resistência à implantação de projetos interdisciplinares entre os profissionais que conhecem as implicações da interdisciplinaridade e da necessidade de um projeto pedagógico com conteúdo ainda mais complexos, bem como suas metodologias.

Mesmo que os acadêmicos de Administração Pública afirmem compreender seu aspecto interdisciplinar, é interessante verificar evidências de dificuldade de integração com outras áreas. Wright (2011) analisou se as pesquisas publicadas em periódicos internacionais na área de Administração Pública eram também citadas por periódicos de outras áreas, com o intuito de documentar indícios de interdisciplinaridade. Curiosamente, a análise sugeriu que o campo de administração pública é um tanto isolado das disciplinas entendidas formadoras das suas fundações. Ainda assim, a maior interconectividade global da comunidade de gestores públicos evidencia a crescente capacidade do campo na medida em que mais e mais pesquisadores colaboram na resolução de questões sobre a melhor maneira de desenhar sistemas e políticas de gestão pública (WALKER, 2011).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de abordagem inicial escolhido foi o hipotético-dedutivo, pois, segundo Lakatos e Marconi (2008, p.91), “ele se inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição de ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese”. A hipótese inicial da pesquisa é de que

os cursos que apresentam em seu PPC melhor inter-relação entre as áreas de conhecimento são os que configuram uma abordagem interdisciplinar, e em consequência disso são os que possuem as melhores avaliações no ENADE.

A abordagem metodológica utilizada foi qualitativa, que se mostra mais adequada como meio para explorar e entender o significado que os indivíduos ou os grupos atribuem a um problema social ou humano (Creswell, 2010). A escolha por essa abordagem se fez com que se tornasse necessário o necessário o entendimento dos problemas que envolvem a área da administração pública e da multiplicidade dos fatores envolvidos na busca de possíveis soluções, que era uma postura desejada no presente trabalho.

O presente estudo utilizou-se de uma pesquisa documental-bibliográfica. Documental, pois segundo Marconi e Lakatos (2000), a fonte de dados se apoiou em documentos, escritos ou não, constituindo o que se denomina de fontes primárias. Foram utilizados dados e informações retirados dos projetos pedagógicos dos cursos, o que justifica a utilização desse método. É bibliográfica, pois também foram utilizados materiais elaborados em forma de livros, revistas e artigos científicos. (GIL, 2000)

O mapeamento dos cursos de Administração Pública no universo brasileiro foi realizado mediante uma busca no Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos de Educação Superior (<http://emec.mec.gov.br/>), em que foram estabelecidos os seguintes critérios: a) cursos de Graduação em Administração Pública e Gestão Pública; b) o grau dos cursos deve ser bacharelado; c) a modalidade presencial; e d) possuir Índice de avaliação do ENADE. O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio dos desempenhos dos estudantes, ingressantes e egressos, dos cursos de graduação. A partir de 2015 a Administração Pública passou a ser avaliada com prova específica. Seu cálculo e divulgação ocorrem anualmente para os cursos com, pelo menos, dois estudantes concluintes participantes do Exame. A coleta dos dados ocorreu nos meses de janeiro de fevereiro de 2018. Como resultados, foram encontrados 73 cursos de Administração Pública, 41 desses ainda não possuem conceito no ENADE sendo assim desconsiderados na análise. Dos 32 restantes, 15 são ofertados na modalidade à distância. Restaram então, para análise, 17 cursos que são ofertados na modalidade presencial. Com relação aos cursos de Gestão Pública, estabelecidos os mesmos critérios, fo-

ram encontrados 5 cursos, todos presenciais, onde 4 possuem conceito no ENADE. Foram encontrados ao todo 9 PPC's referentes a Administração Pública, e apenas 1 PPC de Gestão Pública que não foi considerado na análise.

Na busca dos cursos foi detectada uma dificuldade e limitação, visto que alguns cursos registrados como Bacharelado em Administração possuem, em sua grade, disciplinas que contemplam a área da Administração Pública e da Gestão Pública. Os referidos cursos não foram considerados integrantes do universo da pesquisa.

A pesquisa de Coelho (2008) já utilizou como insumo de estudo os planos pedagógicos de cursos de Administração com Habilitação em Administração Pública. Através da análise dos currículos e de entrevistas, o autor identificou falta de identidade do curso, relacionada à ausência de limites disciplinares para ensino superior neste campo. É realizada, também, dura crítica ao mimetismo do ensino de administração de empresas, causada, em parte, pela ausência, à época, de material de ensino específico para administração pública. A mesma abordagem foi recentemente utilizada por Santos et al (2017) que analisaram o ensino de ética observando os princípios fundamentais, competências e habilidades do egresso e conteúdos de formação básica de uma amostra de Projetos Pedagógicos de cursos de Administração Pública.

Os critérios que foram utilizados para análise dos projetos pedagógicos dos cursos verificaram a existência ou não de interdisciplinaridade, usando como base o modelo teórico de análise que possui 4 pontos. Paralelamente, se verificou a relação entre as áreas de conhecimento, visto que alguns cursos atendem a mais critérios do que outros, bem como de forma mais efetiva do que outros. Para esta pesquisa considera-se que a ponderação da pontuação dependerá do tempo e local em que será realizada a análise.

Para complementar essa análise foram também utilizados como base, os Projetos Pedagógicos dos cursos, visando observar de que forma está descrita a realização de Interdisciplinaridade. Aqui foi utilizada a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2006), consiste em um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, com a intenção de inferir conhecimentos relativos às condições de produção ou eventualmente, de recepção), inferência esta que

recorre a indicadores (quantitativos ou não). Diante do exposto, percebe-se que a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise de comunicações, que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. A análise de conteúdo, dessa forma, foi usada para que fosse possível categorizar os diferentes cursos analisados a partir dos critérios estabelecidos. Os critérios de categorização com origem no ENADE e com origem nos critérios do trabalho, quando adotados os intervalos de alto (A), médio (M) e baixo (B), se aproximam bastante. Para os dois casos os intervalos podem ser: B= 1,0 – 1,9; M 2,0 – 2,9; A = 3,0 – 4,0. Pode-se considerar, ainda, que até 2,5 o valor do critério pode ser considerado não satisfatório e superior a 2,6 pode ser considerado satisfatório. Esta categorização foi usada na análise para discutir os resultados encontrados.

3.1 MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE

Considerando as especificidades da área da Administração Pública e todas as áreas a ela relacionadas onde tem-se a Administração, a Economia, o Direito, a Filosofia Política, a Sociologia, a Ciência Política, entre outras, foram estabelecidos os seguintes critérios: a) existência de disciplina integradora e mediadora; b) existência de elos (ligações entre as áreas); c) existência de relação da teoria com a prática (práxis); d) existência de contextualização e evolução histórica; e, e) existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo. Esses critérios foram utilizados para elaboração de uma matriz de análise (fig.3). A pontuação de todos os critérios foi de 1 a 4 e todos os critérios foram considerados com o mesmo peso.

Figura 3 – Matriz de análise

| CURSOS DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | Quadro geral | | | | | Pontuação total de cada curso |
|---------------------------------|--------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------------|
| | Critério a | Critério b | Critério c | Critério d | Critério e | |
| CURSO 1 | - | - | - | - | - | - |
| CURSO 2 | - | - | - | - | - | - |
| CURSO 3 | - | - | - | - | - | - |
| | ... | ... | ... | ... | ... | ... |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

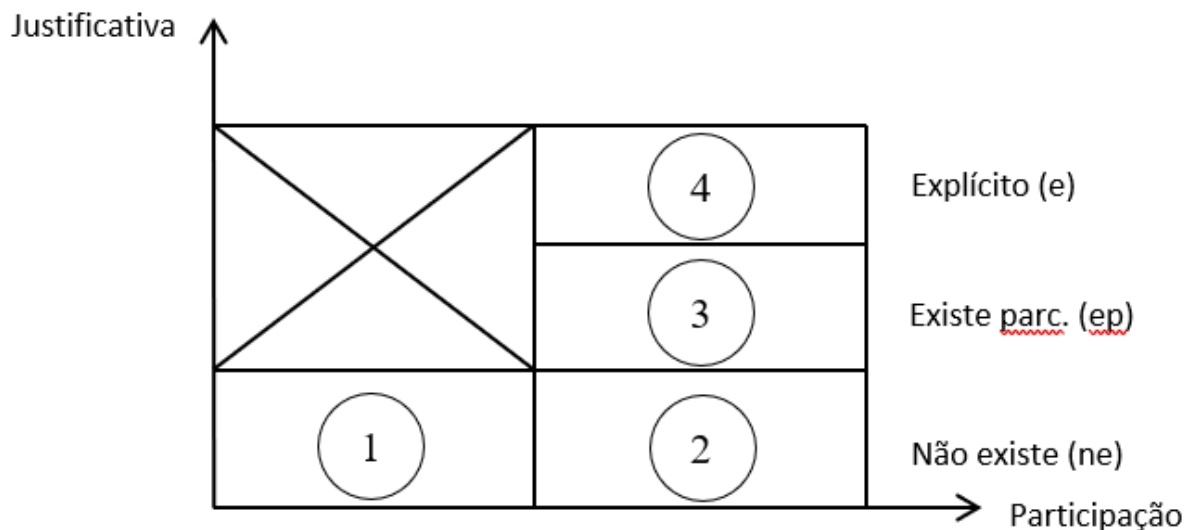
Ainda para mensurar se os currículos atendem a cada critério em maior ou menor grau foram estabelecidos escores. A construção dos escores para cada um dos critérios adotados possui como origem duas subvariáveis que são a presença (P) e a justificativa (J). A subvariável

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

“P”, pela própria natureza, é binária, logo p pode ser categorizado em: a) não presente (np); e b) presente sim (ps). A subvariável “J”, diferentemente, pode ser categorizada em três níveis: a) não existe (ne); b) existe de forma parcial ou insuficiente (ep); e c) existe de forma clara e suficiente (e). Diante do que foi dito e partindo de que quando “P” é não presente (np) não se espera encontrar uma justificativa da sua não existência, o quadrante de “P” para não presente só pode cruzar com “J” para não existente. (fig 4)

Quanto a graduação dos escores, tem-se que a situação-limite inferior, 1, corresponde a “P” = np e “J” = ne e a situação-limite superior, 4, corresponde a “P” = ps e “J” = e. Os escores intermediários são: 2: “P” = ps e “J” = ne; 3: “P” = ps e “J” = ep. (fig 4)

Figura 4 – Matriz de Construção dos Escores



Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

Tem-se, portanto, que os critérios utilizados para a avaliação dos projetos pedagógicos e que servirão para a pontuação gradual dos cursos, foram os seguintes:

a) Existência de disciplina integradora e mediadora: a Administração Pública se apoia (ou não) em diversos saberes que são relacionados ao caráter interdisciplinar da área pública, utilizando-se de conceitos de Administração, Filosofia Política, Ciência Política, Economia, Direito e de Sociologia. A abordagem interdisciplinar busca de forma explícita e clara articular os diversos conhecimentos, nos contextos em que se mostra impossível a resolução por somente uma área. Na análise deste critério que, a interdisciplinaridade, caracteriza-se por uma pergunta que é trazida por um tema que ultrapassa a multidisciplinaridade e multiprofissionalidade ao mesmo tempo em que conta com elas. A interdisciplinaridade assim entendida não

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

configura uma nova teoria ou método: ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos. (MINAYO, 2010). Importante lembrar, ainda, que a definição de interdisciplinaridade, segundo Almeida Filho (2005), implica uma axiomática comum a um grupo de disciplinas e na sua inter-relação, onde uma delas ocupa um nível superior. Essa disciplina atua não somente como integradora e mediadora nesta relação, mas como coordenadora dessa relação disciplinar. Utilizando-se dessa lógica, buscou-se verificar nos currículos a presença da área da administração pública como axiomática comum, e sua relação com as demais disciplinas conexas relativas a área pública, identificando como os diversos saberes se reportam a Administração Pública;

b) Existência de elos (ligações entre as áreas): partindo-se da ideia de que para resolução de problemas complexos não se faz suficiente o uso de conhecimentos vindos de apenas uma disciplina, a existência desses elos permite identificar um viés interdisciplinar ao estabelecer relações entre as disciplinas, em prol da elaboração de soluções relativas as questões sobre objetos em comum com a Administração Pública (AP) e as demais disciplinas conexas. O critério de análise esteve relacionado com a forma como foram dispostas as disciplinas no currículo, pois isto pode revelar o grau de integração entre conhecimentos básicos e profissionais acerca de temas pertinentes a formação de gestores públicos;

c) Existência da relação da teoria com a prática (práxis): a compreensão dos conhecimentos presentes nos currículos de formação de gestores públicos deve, em tese, desenvolver a capacidade de relacionar e adaptar os conceitos e teorias, importados ou não, à prática da Administração Pública. Na atuação do administrador público faz-se necessária a articulação dos conhecimentos para criação de uma relação de complementariedade que possibilite adaptá-los ao contexto para a efetividade das práticas embasadas nas teorias aprendidas e pensadas na formação. A relação teórico-prática pressupõe pensar a prática com base nos conceitos para validar as teorias consolidadas e, por sua vez, a práxis permite a experimentação e quando realizada de forma contínua torna possível aperfeiçoar a teoria que vai nortear a prática na sequência. Segundo Sánchez Vásquez (1968): "[...] uma teoria é prática na medida em que se materializa, através de uma série de mediações, o que antes só existia idealmente, como conhecimento da realidade ou antecipação ideal de sua transformação.";

d) Existência de contextualização e evolução histórica: as variáveis presentes no ambiente da Administração Pública devem ser consideradas para a tomada de decisão, pois influenciam tanto no processo, como nos resultados das Políticas Públicas. Essas variáveis podem ser mensuradas e possuir validade quando estudadas a partir de seu contexto. Com isto, pode-se identificar tendências e construir cenários. As influências dessas variáveis, para se melhorar a Administração Pública, faz-se necessária contextualização dos saberes, e suas devidas aplicações. Nesse sentido, Morin (2011) enfatiza que o conhecimento precisa ser contextualizado para que adquira sentido. As informações e dados, quando apresentados de forma isolada, são insuficientes para se tomar decisões que tenham um resultado efetivo ou, no mínimo na direção mais adequada. Também visando a necessidade de adaptar o conhecimento ao seu devido contexto Guerreiro Ramos desenvolveu o conceito de Redução Sociológica (RS) para constituir a sua Teoria Crítica. Este conceito pode, segundo o autor, ser utilizado, também, nos estudos de Administração Pública. A Redução Sociológica se apresenta como uma resposta à hipercorreção, que consiste na tendência dos atores sociais a atribuírem uma eficiência direta às ideias e teorias importadas, negligenciando os contextos nas quais estas foram criadas e estão sendo aplicadas (VAN HELDEN; UDDIN, 2016). Os critérios de análise utilizados estiveram relacionados, então, à aplicação dos conteúdos curriculares presentes na formação de gestores públicos e sua potencialidade para desenvolver a capacidade de compreensão e adaptação dos conceitos e teorias, importados ou não, as realidades locais.

e) Existência de transdisciplinaridade criadora de conhecimento novo: o critério, aqui, esteve relacionado com a existência de disciplinas afins, que, na sua relação com a administração pública, possibilitam a criação de conhecimento novo. O conceito de transdisciplinaridade é o que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e para além de toda disciplina (NICOLESCU, 1997). Sua finalidade é a compreensão do mundo atual. (BRASIL, 2014). Trata-se, então, de uma abordagem com diversos temas relativos a administração pública por parte de áreas afins de conhecimento, assim como sua interseção com outros cursos, considerando que a maior integração entre as diferentes áreas de conhecimento uma nova e melhor forma de qualificação através das atividades de ensino, pesquisa e extensão previstos para a formação de novos gestores públicos

4 RESULTADOS

A aplicação dos critérios de análise aos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC's) foi realizada, utilizando-se o método da análise de conteúdo, presente da proposta dos mesmos, considerando as limitações encontradas na busca pelos documentos necessários à análise. Como resultado, formulou-se a seguinte tabela:

Tabela 1 – pontuação geral dos cursos de Administração Pública

| Cursos | Quadro geral | | | | | Pontuação total de cada curso | Pontuação ENADE |
|--------|--------------|------------|------------|------------|------------|-------------------------------|-----------------|
| | Critério a | Critério b | Critério c | Critério d | Critério e | | |
| 1 | 3 | 3 | 4 | 4 | 2 | 3,2 | 5 |
| 2 | 2 | 3 | 4 | 3 | 1 | 2,6 | 3 |
| 3 | 2 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1,2 | 2 |
| 4 | 3 | 4 | 2 | 3 | 1 | 2,6 | 2 |
| 5 | 4 | 3 | 4 | 2 | 1 | 2,8 | 4 |
| 6 | 3 | 4 | 4 | 3 | 3 | 3,4 | 4 |
| 7 | 4 | 3 | 3 | 3 | 4 | 3,4 | 4 |
| 8 | 4 | 4 | 4 | 2 | 4 | 3,6 | 3 |
| 9 | 3 | 4 | 3 | 2 | 1 | 2,6 | 3 |

Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

O **CURSO 1** apresenta uma perspectiva histórica e contextualizada na condução de suas disciplinas e atividades, ressaltando compromisso com os valores públicos, com o desenvolvimento nacional e com a redução das desigualdades, e em reconhecimento da diversidade regional e cultural. Pode-se identificar relação com as diretrizes curriculares nacionais, ofertando disciplinas nas áreas de administração, gestão pública, sociologia e política, direito, economia metodologia e fundamentos quantitativos. As disciplinas de gestão estratégica e gestão de pessoas são voltadas ao setor público, assim como logística, economia, contabilidade, claramente expressa a relação das áreas de conhecimento com a Administração Pública.

Há áreas temáticas que organizam o currículo em áreas de conhecimento tais como: Finanças, orçamento e controle; Administração; Gestão Pública. As disciplinas de Projeto Aplicado I, II e III conciliam teoria e prática, e demonstram claramente o caráter interdisciplinar proposto no curso, pois propiciam ao graduando a participação em projetos, oficinas, entre outras atividades, inserindo-os no dia a dia do funcionamento de um órgão ou entidade pública, e fazendo com que participem de projetos de Governo e auxiliem na busca de soluções problemas, associando com os conhecimentos teóricos obtidos em sala de aula e as respectivas experiências também propicia o desenvolvimento da capacidade de reflexão crítica sobre

a experiência obtida durante o período de imersão. A transdisciplinaridade não se faz presente, de forma expressa no PPC, mas considerando o caráter interdisciplinar presente nos projetos aplicados que objetiva inserir os graduandos em projetos públicos, aplicando conhecimentos teóricos e práticos em problemas dotados da complexidade existente na área pública entende-se que para isso, será necessária a aplicação de conhecimentos que transcendam a área das disciplinas, passando pelo campo da ética, meio ambiente e sustentabilidade, democracia, cidadania entre outros.

Analisando-se **CURSO 2** é possível afirmar que o mesmo segue as DNAP. Além disso, o currículo dá ênfase a interdisciplinaridade, ofertando disciplinas comuns a todos os cursos da instituição, sendo elas: Leitura e produção de texto I e II, Diferenças e Direitos Humanos nos espaços Lusófonos, Inserção a vida universitária e inserção ao pensamento científico. Disciplinas estas que se relacionam ao critério de existência de elos e seminários integradores.

A matriz curricular possui disciplinas com conteúdos que explicitam as inter-relações das dimensões sociais, econômicas, ambientais e culturais, nacional ou internacional, bem como das esferas federal, estadual e municipal, possibilitando o entendimento de que a administração sofre influência direta das transformações que ocorrem na sociedade, possibilitando a análise de problemas vinculadas ao seu contexto social e histórico. O conteúdo de formação profissional apresenta disciplinas de Gestão e Administração, assim como de outras áreas de conhecimento que estão relacionadas e voltadas a área pública como: Empreendedorismo no Setor Público; Gestão de Pessoas no Setor Público; Inovação e Criatividade no Setor Público; Administração Financeira no Setor Público; Marketing no Setor Público. A relação entre teoria e prática torna-se possível por meio de atividades de campo e visitas técnicas, atividades que reforçam a possibilidade de contato estreito com a sociedade civil e órgãos governamentais. As disciplinas nos outros cursos da IES que poderão ser frequentadas pelos alunos da Administração Pública presencial expressas pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade que fazem parte da proposta teórico/metodológica e prática.

Com relação a contextualização destaca-se a abordagem da temática da História e cultura Afro-Brasileira e Indígena, no curso através da disciplina Sociedade, Diferenças e Direitos Humanos nos Espaços Lusófonos, mostrando a preocupação com o entendimento das variáveis onde atuaram os futuros gestores públicos. O curso possibilita, ainda, aos graduandos da Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

Administração Pública, cursar disciplinas nos outros cursos da IES, presencial expressas pela interdisciplinaridade e pela transdisciplinaridade que fazem parte da proposta teórico/metodológica e prática da instituição.

No **CURSO 3** os conteúdos abordados abrangem a área da administração com disciplinas de teoria geral, direito, economia, metodologia científica, referentes a formação básica, mas não contemplando totalmente as diretrizes curriculares nacionais. Pode-se observar um núcleo central de disciplinas de Administração, complementado por disciplinas de áreas conexas que estabelecem relação com a primeira. Identifica-se uma relação entre as áreas afins à Administração Pública, mas que não fica muito explícita. Não se apresenta no PPC a relação entre teoria e prática nos componentes curriculares, não há menção a abordagem histórica e estudo de diferentes cenários e contextos, assim como a transdisciplinaridade não é mencionada no PPC.

Por sua vez, o **CURSO 4** propõe uma abordagem metodológica que permita nortear a concepção, a criação e a produção dos conhecimentos a serem trabalhados no curso, de forma que contemplem e integrem os tipos de saberes, hoje reconhecido como essenciais às sociedades do Século XXI os fundamentos teóricos e os princípios básicos dos campos de conhecimento; as técnicas, as práticas e os fazeres deles decorrentes Dessa forma percebe-se a preocupação com a vinculação dos diferentes saberes pertinentes a área da Administração Pública.

O projeto propõe que as disciplinas sejam abordadas de forma integrada, perpassados por questões ligadas aos aspectos éticos, de transparência, de inovação e de sustentabilidade. Isso possibilitará aos estudantes a construção holística de determinado tema. O curso possui uma estrutura claramente definida, onde pode-se identificar eixos norteadores, denominados “troncos”, cuja proposta é inicialmente introduzir a formando no mundo acadêmico, posteriormente trabalhar temas gerenciais por intermédio de disciplinas que fundamentarão o conhecimento acerca de economia, administração e contabilidade, bem como técnicas quantitativas para raciocínio lógico. Cada tronco possui um seminário integrador que possibilita trabalhar de forma mais específica a inter-relação entre as diferentes áreas de conhecimento, percebe-se claramente uma lógica estruturante no currículo, assim como a integração entre as diferentes áreas de conhecimento e o aprofundamento dos temas à medida que o aluno avança no curso. A abordagem teórico-prática se faz presente, mas não recebe ênfase. Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

Por sua vez a transdisciplinaridade não é mencionada no currículo.

O **CURSO 5** faz parte do Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Economia em que busca romper barreiras dos bacharelados tradicionais, tornando-se um mecanismo efetivo de flexibilização curricular. Aos egressos do BICE, é conferido o grau de bacharel em Ciência e Economia e a possibilidade de formação profissional em um segundo bacharelado nas áreas: Administração Pública, Ciências Atuariais e/ou Ciências Econômicas com ênfase em Controladoria. Analisando-se o **CURSO 5**, fica explícita a ideia de integração entre teoria e prática à medida que os discentes, para conclusão do curso precisam integralizar horas em ensino pesquisa e extensão, propiciando também ampliar seu conhecimento geral acerca do campo de atuação da Administração Pública.

Até o sexto semestre do curso seu currículo é formado por unidades curriculares comuns e unidades curriculares diretivas para contemplar os três bacharelados específicos em Administração Pública, Ciências Atuariais e Economia com ênfase em Controladoria, promovendo a multidisciplinaridade e a construção da interdisciplinaridade na formação acadêmica do discente. A partir do sétimo período são ofertadas as disciplinas de Contabilidade pública, Instituições políticas brasileiras, Políticas públicas Modelos de democracia, Direito administrativo, Ética na administração pública, Gestão estratégica pública, que são relativas a área da administração pública, mas não a apresentam total conformidade as DNAP de 2014. Na estrutura do curso há múltiplas disciplinas específicas relacionadas ao campo da Administração Pública, tais como: Modelos de Democracia, Projetos Públicos, Avaliação de Políticas Públicas, que na sua relação com a Administração complementam o entendimento de aspectos relacionados a área pública. Não é dada ênfase a evolução e contextualização nos currículos cabendo apenas menção de sua importância, não havendo vinculação com os conteúdos abordados no projeto. A transdisciplinaridade é meramente citada como conceito correlacionado a interdisciplinaridade.

O currículo do **CURSO 6** apresenta relação com as disciplinas de formação básica e profissional das diretrizes curriculares nacionais dos cursos de graduação em Administração Pública. As unidades curriculares são organizadas segundo eixos temáticos (Estado e Governança Pública, Democracia e Sociedade) que orientam para a escolha de determinadas disciplinas optativas. Além disso o curso conta com oficinas temáticas que são disciplinas obrigatórias, Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

ofertadas do primeiro ao sétimo semestre, com caráter de integração entre teoria e prática. As oficinas temáticas deverão prever, pelo menos, 50% de horas em atividades práticas, preferencialmente no formato de ações de extensão e integradas com projetos ou programas ligados ao curso, tendo o propósito de realizar a integração entre as disciplinas de cada semestre, propondo alternativas metodológicas que visem a transdisciplinaridade dentro de cada contexto. Os conteúdos escolhidos para as oficinas temáticas contemplam debates contemporâneos ou identificados como problemas e questões proeminentes na atualidade pelos espaços de discussão acadêmica ou de práticas nas áreas em que o discente atuará, verificando a pertinência e o quanto cada tema se faz adequado. Percebe-se a preocupação com o estudo das teorias vinculadas ao contexto local. A transdisciplinaridade aparece como proposta para vincular as disciplinas nos seminários temáticos.

O projeto pedagógico curricular do **CURSO 7** foi estruturado segundo as diretrizes curriculares nacionais embora não fique clara a relação de conteúdos relativos a formação básica e profissional. O PPC propõe a integração entre os conhecimentos e sua aplicação, buscando combinar ensino pesquisa e extensão, para propiciar ao gestor público a capacidade não só para aplicar o conhecimento adquirido, mas para a identificação de novas demandas de gestão pública bem como construção de novos métodos e estratégias que possibilitem atendê-las, no contexto contemporâneo das realidades públicas e privadas. Pode-se perceber um núcleo central de disciplinas voltadas a Administração e a Gestão Pública, e a relação que se estabelece entre essas e as áreas afins como o Direito, a Sociologia, Economia e a Filosofia política.

A busca pela transdisciplinaridade está expressamente exposta no PPC do curso, a matriz curricular do curso organizou seus conteúdos epistemológicos, de forma a articular os diversos saberes no seu processo pedagógico. Esta construção se dá de uma forma geral para a específica dos componentes curriculares e de abordagem dos conteúdos da formação. A sobreposição de saberes na prática profissional e na imersão acadêmica busca fundamentos nos conhecimentos adquiridos nas diferentes disciplinas, que estudam: a política, a sociologia, a economia, a decisão político-administrativa, as políticas públicas, as experiências inovadoras de Gestão Pública, disciplinas essas que possibilitam aos alunos entrar em contato com experiências concretas da área pública e desenvolver projetos de análise ou de intervenção. No PPC

é salientada a importância da constante atualização curricular em consonância com o momento histórico para que possa abarcar a complexidade crescente dos saberes, e a diversidade de especializações do conhecimento.

O currículo do **CURSO 8** apresenta disciplinas da formação básica nas áreas de administração, economia, direito, contabilidade, sociologia, antropologia, além de disciplinas de políticas públicas. É bastante evidente o núcleo estruturante de disciplinas da formação básica e profissional, contemplando as competências humanas, conceituais e teóricas necessárias ao exercício da gestão pública. A relação entre teoria e prática está presente nas ações desenvolvidas por meio da oferta das disciplinas integradoras e do Trabalho de Conclusão de Curso, que podem abranger desde o empreendimento de incursões em organizações à análise de casos reais ou desenvolvimento de (ou participação) em projetos de pesquisa e extensão. A transdisciplinaridade e a interdisciplinaridade são colocadas como princípios do curso, pois compreende-se que há temas que transcendem as disciplinas como a ética, meio ambiente, sustentabilidade, pluralidade cultural, trabalho e consumo, qualidade de vida. A transdisciplinaridade também é trabalhada através de projetos apoiados pelas tecnologias da informação e comunicação, visto que temas transversais, como também através de disciplinas integradoras. Sendo elas: (i) Elaboração e Gestão de Projetos Públicos; (ii) Elaboração de Políticas Públicas; (iii) Gestão de Contratos, Convênios e Consórcios Públicos; e (iv) Avaliação de Políticas Públicas. Estas disciplinas, são compostas por dois (02) créditos teóricos e dois (02) créditos práticos e, juntamente com as Atividades Acadêmicas Trabalho de Conclusão de Curso I e II e o Estágio Curricular Obrigatório, possibilitam ao discente um ambiente propício para uma maior articulação entre teoria e prática, seja empreendendo incursões em organizações, analisando casos reais ou desenvolvendo projetos de pesquisa e extensão.

O projeto pedagógico do **CURSO 9** não apresenta relação direta com as diretrizes curriculares nacionais da Administração Pública. Sua grade curricular abrange as seguintes áreas de conhecimento: Direito, Administração, Contabilidade e Finanças, Política, Filosofia, Matemática e Estatística, Psicologia, Sociologia e Economia. O curso está estruturado em blocos temáticos, nos quais estão contempladas as diferentes áreas de conhecimento relacionadas a Administração Pública, sendo eles: a) Estado e Administração Pública; b) Direito; c) Economia e Finanças; d) Gestão; e) Formação Humanística; f) Métodos

Quantitativos; g) Gestão Pública em Espaços Locais; h) Metodologia, Estágio Supervisionado e Estudos Complementares.

O PPC prevê integração entre teoria e prática através de: visitas técnicas, atividades e projetos de extensão universitária, estágio supervisionado, projetos e atividades, de consultoria, assessoria através de empresa júnior e do incentivo a pesquisa. A compreensão do contexto histórico está inserida no currículo principalmente no que diz respeito a desenvolver a capacidade nos administradores de enxergar além das normas. A transdisciplinaridade não é mencionada no projeto.

O exame da pontuação geral dos cursos de AP obtido com base nas informações existentes nos PPC, sobre interdisciplinaridade e a pontuação desses cursos no ENADE, mostram que há três níveis de existência ou não dos critérios nos cursos (elevado, médio e baixo) e que a pontuação dos cursos nos critérios relacionados com a interdisciplinaridade apresenta uma relação com a pontuação no ENADE, naquele com mais baixo desempenho.

Assim, de maneira geral, o nível de utilização da abordagem interdisciplinar, nos projetos pedagógicos dos bacharelados em AP e GP no Brasil, encontra-se em um patamar médio. Essa afirmação se baseia em constatações extraídas das informações disponibilizadas na Tabela I. Além disso, a existência da Administração Pública como disciplina integradora e mediadora está presente de forma satisfatória, nos PPC dos cursos. Em uma escala de quatro pontos possíveis, todos os PPC's apresentaram valores entre 2 e 4, nesse critério os PPC's alcançaram média de 2,1.

Ressalta-se que o critério que examinou a relação entre a teoria e a prática apresentou níveis elevados, em que a média foi de 3,2 e somente um PPC obteve pontuação abaixo de 3 (1 ponto). A existência de elos, ligações entre as áreas também está presente em nível elevado, tendo obtido uma média de 3,2 na escala proposta para mensuração e a contextualização e evolução histórica nos PPC's apresentou um nível médio, ou seja, 2,5.

Por outro lado, a transdisciplinaridade foi o critério menos observado nos PPC's dos cursos com uma média considerada baixa de 2,0. Esses desempenhos dos cursos nos critérios que caracterizam a interdisciplinaridade, mostraram que o nível de utilização da abordagem disciplinar nos projetos dos bacharelados em AP e GP no Brasil encontra-se em um patamar

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

médio, com escore médio de 2,8. Verificou-se também na comparação das pontuações dos cursos, nos critérios que caracterizam a interdisciplinaridade e os resultados dos cursos no ENADE, a correspondência no curso menos pontuado, 1,2 e 2, respectivamente.

5 CONCLUSÕES

Esta pesquisa buscou analisar os currículos de cursos da área de Administração Pública para verificar as características de interdisciplinaridade na formação de gestores públicos, motivada pela modernização dos currículos dos cursos trazidos pelas recentes Diretrizes Curriculares Nacionais de Administração Pública (DCNAP). A revisão de literatura utilizada apontou para um entendimento da Administração Pública como uma ciência interdisciplinar e que esta característica é necessária e desejável para o adequado desenho de políticas públicas.

Com isto, se pretendeu analisar o nível de utilização da abordagem interdisciplinar nos projetos pedagógicos dos bacharelados em Administração Pública e Gestão Pública no Brasil. A análise foi realizada através de um instrumento proposto a partir da literatura, contendo 5 dimensões de análise. A amostra, que na verdade se constitui no universo brasileiro, foi composta por 9 PPC's publicamente disponibilizados pelas instituições de ensino superior.

Com base nos critérios utilizados e nos resultados encontrados, foi possível responder parcialmente a questão proposta na pesquisa. O nível de utilização da abordagem interdisciplinar nos cursos está dentro da categoria considerada média. Há uma correspondência entre o desempenho dos cursos quanto a existência ou não de critérios de interdisciplinaridade e os resultados desses cursos no ENADE, naquele que apresentou o desempenho mais baixo. No entanto, a demonstração de que a abordagem interdisciplinar pode colaborar no aperfeiçoamento da formação de gestores públicos, demanda novos estudos que analisem o desempenho dos egressos, nas suas atividades como gestores públicos.

REFERÊNCIAS

ABREU, A. C. D.; LENZI, G. K. Spanhol; HELOU, Angela Regina H. Amim. Administração Pública: Fato Social Total e Interdisciplinar. **Anais do IX Convibra Administração – Congresso Virtual Brasileiro de Administração**, 2017.

ALMEIDA FILHO, N. de. Transdisciplinaridade e o paradigma pós-disciplinar na saúde. **Saúde e Sociedade**, [s.l.], v. 14, n. 3, p.30-50, dez. 2005. FapUNIFESP (SciELO).

<http://dx.doi.org/10.1590/s0104-12902005000300004>.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo** (L. de A. Rego & A. Pinheiro, Trads.). Lisboa: Edições 70, 2006.

BRANDÃO, C. A. L. A transdisciplinaridade. In: PAULA, J. A. de (Org.). **A transdisciplinaridade e os desafios contemporâneos**. Belo Horizonte: Ed. UFMG. p.17-39. 2008.

BRASIL, CNE. **Resolução CNE/CES nº 1, de 13 de janeiro de 2014**. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração Pública, bacharelado, e dá outras providências. Brasília, DF, 2014 Disponível em: <

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14957-rces001-14&Itemid=30192 >. Acesso em: 10 jun. 2018.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

COELHO, F. de S. A problemática atual do ensino de graduação em administração pública no Brasil. **Cadernos EBAPE**. BR, 2008.

CRESWELL, J. W. **Projeto de Pesquisa: Métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2010. 296 p.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010. 570 p.

FURLANI, R. M.; DE OLIVEIRA, E. R. Currículo, Interdisciplinaridade E O Pensamento Sistêmico Novo-Paradigmático Como Inovação No Curso De Administração. **Pensamento & Realidade. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Administração-FEA**, v. 30, n. 1, p. 22, 2015.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. SP: Atlas, 2002.

JUSTEN FILHO, M. **Curso de direito administrativo**. 11. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015. 1517 p.

HOWLETT, M.; RAMESH, M; PERL, A. **Política Pública: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

MORIN, E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Trad. Catarina Eleonora F. Silva e Jeanne Sawaya.

MINAYO, M. C. de S. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade**.

Revista.Emancipação, Ponta Grossa, vol. 10, n. 2, p. 435-442, 2010.

Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios, Florianópolis, v.13, Edição Especial 1, 2020.

PAULA, A. P. P. de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **Organizações & Sociedade**, [s.l.], v. 14, n. 40, p.169-188, mar. 2007. FapUNIFESP (SciELO).

RAADSCHELDERS, J. CN. A coherent framework for the study of public administration. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 9, n. 2, p. 281-304, 1999.

RAMOS, A. G. **A redução sociológica**. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1996.

VÁSQUEZ, A. S. A. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

SANTOS, L. S.; SERAFIM, M. C.; ZAPPELLINI, M. B.; BORGES, M. K. **Ensino de Ética em Cursos do Campo de Públicas**: uma análise a partir de Projetos Pedagógicos de Curso e das Diretrizes Curriculares Nacionais. Anais... ENANPAD XLI, 2017.

VAN HELDEN, J; UDDIN, S. Public sector management accounting in emerging economies: A literature review. **Critical Perspectives On Accounting**, v. 41, p.34-62, dez. 2016. Elsevier BV. <http://dx.doi.org/10.1016/j.cpa.2016.01.001>.

VÁSQUEZ, A. S. A. **Filosofia da Práxis**. Tradução de Luiz Fernando Cardoso. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

WALKER, R. M. Globalized public management: An interdisciplinary design science?. **Journal of Public Administration Research and Theory**, v. 21, n. suppl_1, p. i53-i59, 2011.

WRIGHT, B. E. Public administration as an interdisciplinary field: Assessing its relationship with the fields of law, management, and political science. **Public Administration Review**, v. 71, n. 1, p. 96-101, 2011.